



CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE
PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E
TECNOLÓGICO PARA O QUADRO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ.

EDITAL Nº 443, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.

TEMA: FILOSOFIA

31 DE OUTUBRO DE 2021

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE QUESTÕES

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1** Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **20** questões objetivas. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2** Confira se o BOLETIM DE QUESTÕES que você recebeu está completo e sem falhas. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 3** Após a conferência, assine no espaço próprio do seu BOLETIM DE QUESTÕES.
- 4** O BOLETIM DE QUESTÕES será o único documento considerado para a correção da prova objetiva.
- 5** Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala o seu BOLETIM DE QUESTÕES e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 6** O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 09h e término às 13h**, observado o horário de Belém-PA.

Boa Prova!



FILOSOFIA

MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 20.

- 1** Werner Jaeger, referindo-se a Homero em *Paideia*, escreve: “A não-separação entre a estética e a ética é característica do pensamento grego primitivo” (JAEGER, W. *Paideia – A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 43). Nesse sentido, Platão é o primeiro a distinguir claramente a função do poeta e a função pública própria do pensador político, o que levanta a questão acerca do real papel social e moral da arte, mas também o tema relativo à sua autonomia, particularmente cara aos modernos. Depois da *Crítica do Juízo*, de Kant, pensar a arte relativizando sua autonomia ou associando-a a outro domínio da cultura, como diz Hegel, seria atribuir-lhe um fim indigno.

Com base no que foi dito acerca da função social e da autonomia da arte, considere as afirmativas seguintes.

- I – Desde Platão, a função moral ou social da arte, no caso, da poética, constitui-se em um problema quando se trata de dar uma fundamentação para a legislação e a conservação da polis, razão pela qual o filósofo propõe a expulsão do poeta em *A República*.
- II – Entre os gregos, é uma regra geral a utilização dos meios fornecidos pela estética em apreço aos fins superiores da pólis, vedando-se à arte o alheamento e a indiferença aos assuntos de interesse comum.
- III – De Homero a Aristóteles, o que dá dignidade e até mesmo utilidade à arte é a possibilidade de veicular, por meio dela, um conteúdo social, educativo e formativo ao homem.
- IV – A concepção aristotélica de mimésis como verossimilhança, quando aplicada à realidade social, coloca no escopo do artista a possibilidade de exprimir a verdade, afinal, como afirma Hegel em sua *Estética*, “Sempre a arte foi para o homem instrumento de consciencialização das ideias e dos interesses mais nobres do espírito” (1980, p. 80).
- V – Para Platão, a arte, como no caso da pintura indicada no Livro X de *República*, não tem uma função social objetiva, posto que não se trata nela de expressar uma verdade, e sim uma forma aparente, mostrando-a de uma certa perspectiva.

Estão corretas as afirmativas

- (A)** I e II, somente.
(B) I, II e III, somente.
(C) III e IV, somente.
(D) I e V, somente.
(E) II e III, somente.



2. “O teatro, em geral, é um quadro das paixões humanas, cujo original está em nossos corações: mas se o pintor não se preocupar em adular essas paixões, os espectadores logo iriam embora e não mais quereriam ver-se sob a luz que os levaria a se desprezarem a si mesmos. Pois, se ele dá cores detestáveis a algumas delas, isso ocorre somente com aquelas que não são gerais e que são naturalmente odiadas. Assim, o autor não faz com isso mais do que acompanhar o sentimento do público; e essas paixões desprezadas são usadas para ressaltar outras, se não mais legítimas, pelo menos mais ao gosto dos espectadores. Só a razão não tem valor algum no palco. Um homem sem paixões, ou que sempre as dominasse, não seria capaz de interessar a ninguém no palco; e já se observou que um estoico na tragédia seria um personagem insuportável: na comédia ele provocaria o riso, no melhor dos casos” (ROUSSEAU, J-J. *Carta a D'Alembert*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015, p. 46, 47). Com base no assunto, analise as afirmativas seguintes.

- I – A definição do teatro como um quadro de paixões nos ajuda a entender a ligação feita por Aristóteles entre a tragédia e nossas emoções, bem como a capacidade que tem a ação dramática de purificar e elevar os nossos sentimentos, sem a intervenção da razão.
- II – Quando Platão afirma, em *A República*, Livro X, que todos os poetas, inclusive Homero, não fazem mais que imitar simulacros da virtude, como acontece em tudo mais que constitui objeto de suas composições, sem que, com isso, jamais atinjam a verdade das coisas, ele, assim como Rousseau, difere de Aristóteles, quanto ao poder purificador da arte.
- III – Segundo Rousseau, um autor, seja ele trágico, seja cômico, segue, para que haja eficácia em sua arte, o sentimento do público, produzindo um efeito catártico, o que é o oposto da perspectiva crítico-racional da estética kantiana, tal como encontramos em *Crítica do Juízo*.
- IV – Em sua *Metafísica do belo*, Schopenhauer afirma que as artes em geral são um modo de considerar as coisas independentemente do princípio da razão, do mesmo modo que Rousseau nos diz que a razão não tem valor algum no palco. O irracionalismo estético de ambos é a expressão maior de suas críticas à verdade e ao deprecio do sentimento resultante do Iluminismo moderno.
- V – Para Rousseau, o respeito que o artista deve ter pelo sentimento comum aos espectadores o leva a reforçar seus costumes, por isso a poética teatral não permite a purificação das paixões, e a encenação de sofrimentos não nos faz evitá-los.

Estão corretas as afirmativas

- (A)** II e IV, somente.
- (B)** I, III e IV, somente.
- (C)** I e V, somente.
- (D)** II e V, somente.
- (E)** III e V, somente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO PARA O QUADRO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
EDITAL Nº 443, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.
TEMA: FILOSOFIA

3. No “Novum Organum”, em diversos aforismos, Bacon faz referência à necessidade de se instaurar uma nova via para o conhecimento científico, frisando os limites do silogismo aristotélico (BACON, Francis. *Novum organum ou verdadeiras indicações acerca da interpretação da natureza*. São Paulo: Nova Cultural, 1999).

No que concerne ao método baconiano, observe as afirmativas seguintes.

- I – O homem, como sujeito do conhecimento, deve limitar-se a registrar, indutivamente, os fatos oferecidos pela ordem natural.
- II – Uma via adequada para se atingir conhecimento evita introduzir, no ato cognoscente, meios artificiais, pois a mente humana é naturalmente capaz, pelos seus poderes intrínsecos, de conduzir ao conhecimento da natureza.
- III – Embora o silogismo seja insuficiente na produção de conhecimento novo, a lógica aristotélica mostra-se mais útil que danosa à busca da verdade.
- IV – A instauração de uma via adequada ao conhecimento exige que se conheça a mente humana, os seus poderes e limites.

Está(ão) correta(s):

- (A) I, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) III e IV, somente.
- (E) IV, somente.

4. Bacon reconhece as insuficiências do silogismo [dedução] e também da indução aristotélica como meios de conhecimento, propondo como alternativa uma nova via que, a seu ver, seria capaz de produzir conhecimento novo.

Sobre a indução baconiana, é correto afirmar:

- (A) Partindo de noções na sua particularidade concreta, remonta-se, sucessivamente, aos signos das noções até chegar às proposições que, associadas, formam unidades compostas e essas, por fim, constituem as teorias.
- (B) Deve iniciar com as sensações, e essas, por sua vez, derivam das próprias coisas na sua particularidade, passando-se, então, daí aos “axiomas gerais”.
- (C) É necessário partir dos axiomas na sua particularidade de modo a se chegar à essência dos dados sensíveis e atingir os princípios gerais.
- (D) A valorização dos sentidos não exclui a presença da razão humana do método indutivo, que deve atuar realizando “interpretações da natureza”.
- (E) Recorre à razão como instância de generalização que atua mediante “antecipações da natureza”.



5. Em *Do contrato social*, Rousseau nos diz que “Se, pois, o povo promete simplesmente obedecer, dissolve-se por esse ato, perde sua qualidade de povo – desde que há um senhor, não há mais soberano e, a partir de então, destrói-se o corpo político.

Isso não quer dizer que não possam as ordens dos chefes ser consideradas vontades gerais, desde que o soberano, livre para tanto, não se oponha. Em tal caso, pelo silêncio universal deve-se presumir o consentimento do povo” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 44).

Segundo Rousseau, isso ocorre porque

- (A)** a simples obediência é impossível ao povo, pois, se o povo delibera por sua absoluta submissão a um terceiro, que será o seu senhor, o próprio povo deu a si mesmo seu governante, o que, portanto, garante que o povo não atuou por simples obediência; mas, por sua própria deliberação. Outorgar a um terceiro o governo do povo elimina a soberania sobre o povo, porque o povo é soberano sobre si mesmo.
- (B)** se um particular demonstrar capacidade de comando o bastante para que, diante de suas ordens, o povo jamais se manifeste em contrário, fica evidente, pela própria anuência do corpo político, que este particular representa a vontade geral e, portanto, a soberania do povo. Nesse sentido, deve o povo simplesmente obedecer a esse particular, destituindo-se da participação na autoridade política.
- (C)** o corpo político, autêntico soberano, exige dos associados que constituem o povo, na qualidade de cidadãos, que participem da autoridade soberana, o que pressupõe a igualdade estabelecida pelo legítimo pacto social. Portanto, a simples obediência, pela desigualdade política em que se baseia, a qual impede a participação do povo na autoridade soberana, extingue o pacto e com ele o povo e o corpo político.
- (D)** dando frequentemente o seu consentimento às ordens dos chefes, mesmo que a elas pudesse livremente se opor, o povo vai, aos poucos, destruindo a si mesmo, vai abrindo mão de sua soberania em nome de uma submissão que promove a dissolução do corpo político e o surgimento de uma simples agregação, o que elimina, igualmente, a orientação ao bem comum.
- (E)** devendo constituir apenas uma posição reativa ao Estado, o povo só conquista a sua soberania, erigindo-se em corpo político, quando, por um ato revolucionário, toma o poder das mãos dos dirigentes e o entrega aos seus membros, para que cada um, de acordo com a liberdade natural de que dispõe, possa deliberar acerca dos meios mais eficazes para a sua própria conservação.



- 6.** “(...) a vontade geral é sempre certa e tende sempre à utilidade pública; donde não se segue, contudo, que as deliberações do povo tenham sempre a mesma exatidão. Deseja-se sempre o próprio bem, mas nem sempre se sabe onde ele está. Jamais se corrompe o povo, mas frequentemente o enganam e só então é que ele parece desejar o mal.
Há comumente muita diferença entre a vontade de todos e a vontade geral. Esta se prende somente ao que é comum; a outra, ao interesse privado e não passa de uma soma das vontades particulares. Quando se retiram, porém, dessas mesmas vontades, os a-mais e os a-menos que nela se destroem mutuamente, resta, como soma das diferenças, a vontade geral” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p. 46-47).

Acerca da vontade geral, para Rousseau, é correto afirmar:

- (A)** Na qualidade de princípio que dá unidade ao corpo político, sob o qual se estabelece o eu comum da pessoa pública em que resulta o pacto social, prescreve tão somente o bem comum. Por esse motivo, está sempre certa e tende sempre ao que é útil à comunidade política.
- (B)** Como soma aritmética das vontades particulares, está sempre certa, porque postula, invariavelmente, a satisfação dos interesses particulares dos membros da comunidade política. Como desdobramento da liberdade natural, a vontade geral consiste em que cada um seja juiz de seus próprios assuntos, garantindo liberdade e igualdade.
- (C)** Pelo caráter de máxima universalidade e abstração que apresenta, na medida em que constitui a forma da sociedade política, não pode ser confundida com os desígnios do povo, o qual, constantemente, manifesta sua incapacidade deliberativa no que diz respeito à vida pública.
- (D)** Para sua efetiva realização política, exige a aniquilação das vontades particulares. Dessa forma, seja como membro do corpo político, seja como simples indivíduo, o ser humano, para que viva sob o governo civil, deve suprimir por completo seus interesses particulares.
- (E)** Como desdobramento da lei natural, está submetida ao princípio de conservação de si, princípio de que a natureza dotou cada um dos seres vivos. Assim, resgatando a bondade natural, do instinto de moralidade humano, a vontade geral sempre acerta porque prescreve aquilo a que tendemos pelas paixões naturais.

- 7.** “Toda obra de arte aspira por si mesma à identidade consigo, que, na realidade empírica, se impõe à força a todos os objetos, enquanto identidade com o sujeito e, deste modo, se perde. A identidade estética deve defender o não-idêntico que a compulsão à identidade oprime na realidade (...) as obras são vivas enquanto falam de uma maneira que é recusada aos objetos naturais e aos sujeitos que as produzem. Falam em virtude da comunicação nelas de todo o particular (...) A arte nega as determinações categoricamente impressas na empiria e, no entanto, encerra na sua própria substância um ente empírico. Embora se oponha à empiria através do momento da forma – e a mediação da forma e do conteúdo não dever conceber-se sem a sua distinção – importa, porém, em certa medida e geralmente, buscar a mediação no fato de a forma estética ser conteúdo sedimentado” (ADORNO, T. *Teoria estética*. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 15).

Considerando o nexos possível entre arte e realidade no texto de Adorno, analise as afirmativas seguintes.

- I – Embora de forma diferente da experiência comum ou mesmo da experiência científica, nossas representações dos objetos por meio da arte são abstrações em que não se desprezam as diferenças em nome da unidade.
- II – No contexto do materialismo histórico adorniano, toda expressão artística é uma idealização intrínseca à busca de autonomia própria aos processos de representação na arte.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO PARA O QUADRO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
EDITAL Nº 443, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.
TEMA: FILOSOFIA

- III – A identidade empírica da arte por meio de uma estética científica e formalmente objetiva significaria a perda de sua autonomia.
- IV – Pela sedimentação estética de seu conteúdo, a arte se contrapõe à realidade empírica unificada categoricamente.
- V – Não podendo nem negar nem se conformar unilateralmente à empiria, a representação artística é uma expressão intuitiva do particular que reconcilia sujeito, objeto e natureza.

Estão corretas

- (A) I e V, somente.
- (B) II, III e IV, somente.
- (C) III e V, somente.
- (D) II e IV, somente.
- (E) I e IV, somente.

8. Segundo Aristóteles, “não é ofício do poeta narrar o que aconteceu; é, sim, o de representar o que poderia acontecer, quer dizer: o que é possível segundo a verossimilhança e a necessidade” (ARISTÓTELES. *Poética*: São Paulo, Abril Cultural, p. 1451 a 36). Ampliando-se o alcance dessas considerações, podemos dizer que a arte, em geral, não tem como finalidade a representação da verdade ou realidade das coisas, mas, apenas, o que meramente se assemelha à verdade, e é por isso que “os homens se comprazem no imitado”. Essa é a razão do filósofo dizer que “nada há de comum entre Homero e Empédocles, a não ser a metrificação” (ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, p. 1447 b 16)

Considerando essas passagens de *Poética*, analise as afirmativas seguintes.

- I – Aristóteles confirma a afirmação, já feita por ele ao iniciar sua *Metafísica*, quando associa a propensão humana à epistême teórica ao “prazer que nos proporcionam os sentidos”, sentidos esses a que se costuma vincular a satisfação estética.
- II – A argumentação de Aristóteles decorre da importância por ele conferida à base empírica das funções da alma, diferente do que nos propõe Platão, o que atesta uma relação proporcional entre arte e realidade, na medida em que sua filosofia exige que esta última sirva de base necessária às representações dos objetos artísticos.
- III – Para Aristóteles, a figuração artística é um modo de representação produtivo em que os objetos são o que são como por acaso, não podendo ser previamente determinados.
- IV – O que leva Aristóteles a valorizar a obra de arte, alterando a perspectiva idealista de Platão no Livro X de *A República*, advém da semelhança que ela tem com os objetos reais, dando unidade ao seu sistema.
- V – Segundo Aristóteles, o fato de a representação artística não poder se fixar em descrições particulares faz dela a expressão de possibilidades que podem ser compreendidas como formas de universalidades superiores à realidade empírica.

Estão corretas

- (A) I e II, somente.
- (B) I e IV, somente.
- (C) III e V, somente.
- (D) II, III, IV, somente.
- (E) I, II, IV e V, somente.



- 9.** Ao discorrer acerca dos fundamentos da Filosofia e do método científico, Descartes reconhece a falibilidade tanto da sensibilidade quanto dos raciocínios, justificando-se a dúvida com relação aos conhecimentos adquiridos por meio dos sentidos e das deduções e demonstrações ordinárias.

No que concerne à dúvida na reflexão cartesiana, analise as afirmativas seguintes.

- I – Faz-se necessário o exercício da dúvida hiperbólica como método adequado de depuração do conhecimento; método pelo qual se espera chegar à certeza, se houver alguma. Nesse contexto, o caráter dubitável de um conhecimento, por menor que seja a dúvida, será tomado como signo da falsidade desse conhecimento.
- II – O cético mais radical não poderá continuar a duvidar em face do “eu penso”. Pois esse “eu pensante” é algo que legitimamente se impõe ao espírito; sendo do reconhecimento do seu caráter indubitável que se instala a certeza que deve servir de base para a construção do verdadeiro saber.
- III – Descartes chega ao “Penso, logo existo” por meio de um raciocínio dedutivo. Procedimento argumentativo em que, mediante a postulação de juízos de caráter universal, portanto indubitáveis, é enunciada uma conclusão de caráter particular.
- IV – Pela evidência, clareza e distinção com que se apresenta ao espírito a intuição do “eu penso, logo existo”, dela é que se estabelece o princípio conforme o qual é verdadeiro o conhecimento de tudo que se apresente ao espírito com evidência, clareza e distinção.

Está/estão correta(s)

- (A)** I, somente.
- (B)** II, somente.
- (C)** I, II, somente.
- (D)** II e III, somente.
- (E)** I, II e IV, somente.

- 10.** Thomas Kuhn propõe-se a apresentar uma concepção de progresso da ciência a partir do questionamento de uma visão de história da ciência que se constituiria fundamentalmente como “[...] repositório de anedotas ou cronologias” que favoreceriam “[...] o estereótipo a-histórico extraído dos textos científicos [...]” (KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectivas, 1975, p. 19-20).

Da perspectiva de história da ciência adotada por Kuhn, é correto afirmar:

- (A)** O progresso da ciência pode ser descrito como um movimento paulatino e contínuo de aproximação à verdade, por meio da superação de obstáculos irracionais.
- (B)** Com a descoberta de novas teorias científicas, pode-se dizer que, em princípio, as teorias anteriores que se mostraram falsas não eram científicas.
- (C)** A história revela mais adequadamente a natureza e o desenvolvimento da ciência ao situar e destacar o papel dos indivíduos excepcionais, das singularidades criativas que promoveram as revoluções científicas.
- (D)** Uma compreensão mais adequada da história da ciência precisa ressaltar as suas continuidades e descontinuidades em um processo complexo no qual a atuação comunitária dos pesquisadores exerce um papel predominante no desenvolvimento científico.
- (E)** As revoluções científicas representam, na história da ciência, processos que promovem rupturas profundas, descontinuidades, ao término dos quais, o paradigma instituído é substituído. Consolidado o novo paradigma, são instituídas as práticas comunitárias e restabelecidos os debates e as críticas que marcam o cotidiano da ciência normal.



11. “(...) é um preceito ou regra geral da razão, *que todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra.* A primeira parte desta regra encerra a lei primeira e fundamental de natureza, isto é, *procurar a paz, e segui-la.* A segunda encerra a suma do direito de natureza, isto é, *por todos os meios que pudermos, defendermo-nos a nós mesmos.*” (HOBBS, T. *Leviatã.* Ou matéria e forma de um Estado eclesiástico e civil. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 82)

Sobre a relação entre direito natural e governo civil, para Hobbes, é correto afirmar:

- (A) O estado de natureza é marcado pelo cumprimento da lei natural. Portanto, nele, o direito natural é exercido em consonância com o que prescreve a lei de natureza.
- (B) O estado civil é instituído para garantir o prevalecimento da lei natural sobre as paixões naturais, portanto, para que o direito natural esteja submetido à lei natural.
- (C) O estado de guerra generalizada, em que consiste o estado de natureza, é o resultado da aplicação da lei natural ao direito natural.
- (D) O estado político é o estado em que há uma transformação da natureza humana e, portanto, uma modificação das paixões e do direito natural.
- (E) O estado em que predomina a lei natural é contrário ao estado instituído pelo contrato social entre os indivíduos, pois, o contrato origina uma comunidade em que o direito natural diverge da lei de natureza.

12. “(...) é o posicionamento de meus fins últimos que caracteriza meu ser e se identifica ao brotar originário da liberdade que é minha. E esse brotar é uma *existência*; nada tem de essência ou propriedade de um ser que fosse engendrado conjuntamente como uma ideia. Assim, a liberdade, sendo assimilável à minha existência, é fundamento dos fins que tentarei alcançar, seja pela vontade, seja por esforços passionais” (SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada* – Ensaio de ontologia fenomenológica. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 548-549).

Acerca da concepção de liberdade elaborada por Sartre, é correto afirmar:

- (A) Vontade e paixão são compreendidas como idênticas na medida em que constituem manifestações da liberdade humana.
- (B) A vontade é a manifestação privilegiada da liberdade, pois, somente nela, há reflexão e explicação acerca da deliberação sobre os meios para a consecução de um fim.
- (C) A vontade é a única manifestação da liberdade, porque é somente por ela que a ação pode entrar em acordo com os fins últimos *a priori* que realizam a natureza humana.
- (D) Como forma subjetiva intuitiva do Para-si, que é nossa consciência, a paixão é a manifestação privilegiada da liberdade, como negação da facticidade.
- (E) Vontade e paixão são manifestações da liberdade, pois são formas de a realidade humana se relacionar com os fins últimos que ela escolhe como limite externo de seus projetos.

13. Em *Introdução à filosofia da arte*, Benedito Nunes escreve o seguinte: “Para os filósofos gregos, a Poesia, a Pintura, a Escultura, e até mesmo a Música, são artes miméticas, que têm por essência comum a *imitação*” (NUNES, B. *Introdução à filosofia da arte.* São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 37). Como a imitação da aparência fortuita das coisas não pode servir de modelo, se quisermos contemplá-las como belas, Nunes explica que a *mimésis* não pode ser mera reprodução, supondo um modelo ideal de beleza como perfeição, o que nenhuma figuração empírica da imaginação pode satisfazer. Sendo assim, o que se imita pela via da *mimésis* não é o real diretamente percebido, e sim o que nele se aproxima da “Beleza exemplar” que o artista “tem por função imitar”. Considerando esse entendimento da *mimésis* grega, analise as afirmativas seguintes.

- I – O objeto artístico, comparado aos demais objetos sobre os quais se debruça a filosofia, deve ocupar um lugar ontologicamente inferior aos seres reais e verdadeiros.



- II – A imitação artística, apesar de supor a distinção entre a aparência exterior e o conteúdo essencial das coisas, é uma extensão da mesma tendência mimética do homem tanto para as artes quanto para o conhecimento teórico.
- III – Para os gregos, o valor da obra de arte deve ser aferido da possibilidade de a reconhecemos como um análogo do real, como nos indica o conceito de imitação, já que algo tem que servir de referência para a mimésis.
- IV – Como Platão, no Livro X de *A República*, já ressalta que a verdade da mimésis é ser expressão da aparência, então é um equívoco corrigi-lo, com a ajuda de Aristóteles, em razão da afirmação de que a pintura é a arte de “imitar as coisas” não como são em si mesmas.
- V – Segundo Adorno, em *Teoria estética*, a arte é antinômica, já que ela é para si, ao mesmo tempo em que é produzida em um contexto material e social que a situa e, ainda assim, não se pode deduzi-la imediatamente desse contexto.

Estão corretas

- (A) I e III, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) III e IV, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) IV e V, somente.

- 14.** Em *O mundo como vontade e representação*, ao determinar a função específica da arte no contexto do debate metafísico, Schopenhauer escreve: “A ciência segue a torrente infinda e incessante das diversas formas de fundamentos a consequência: de cada fim alcançado é novamente atirada mais adiante nunca alcançando um fim final, ou uma satisfação completa (...) A arte, ao contrário, encontra em toda parte o seu fim. Pois o objeto de sua contemplação ela o retira da torrente do curso do mundo e o isola diante de si. E este particular, que na torrente fugidia do mundo era uma parte ínfima a desaparecer, torna-se um representante do todo, um equivalente no espaço e no tempo do mundo infinito. A arte se detém nesse particular. A roda do tempo para. As relações desaparecem. Apenas o essencial, a Ideia, é objeto da arte. – Podemos, por conseguinte, definir a arte COMO O MODO DE CONSIDERAÇÃO DAS COISAS INDEPENDENTE DO PRINCÍPIO DA RAZÃO” (SCHOPENHAUER, A. *O mundo como vontade e representação*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 253-254, destaque em maiúsculas do original).

Com base no texto, analise as afirmativas seguintes.

- I – Seguindo os passos da estética kantiana, cuja analítica separa claramente os juízos científicos e aqueles que envolvem a nossa vontade, assim como nossa satisfação estética, Schopenhauer propõe a substituição do princípio da razão, que nos dispensa dos conteúdos empíricos, pela intuição pura e intelectual da verdade na arte.
- II – A arte, na perspectiva que a coloca Schopenhauer, é um modo objetivo de representação que nos permite superar a abstração parcial e incompleta obtida pelo método científico, substituindo-a por uma forma superior e completa de representação cujo modelo é a Ideia de Platão.
- III – A crítica schopenhaueriana à representação científica do mundo desloca a possibilidade da contemplação da verdade para o juízo de gosto, reforçando a importância da nossa visão subjetiva do real.
- IV – Para Schopenhauer, a arte é a alternativa humana para anular a oposição lógica entre o particular e o universal que está na raiz da insatisfação com a representação científica do mundo.



V – A maneira estética de contemplar um objeto, pela qual ele é considerado belo, é o que nos encaminha à verdade e à objetividade.

Estão corretas

- (A) I e IV, somente.
- (B) II e V, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) III e IV, somente.
- (E) II, IV e V, somente.

15. Na obra “Estrutura das revoluções científicas”, Thomas Kuhn introduz a noção de Paradigma. Com relação a essa noção central da epistemologia kuhniana, analise as afirmativas seguintes.

- I – Vincula-se estreitamente à noção de comunidade científica como instituição que congrega os pesquisadores de uma determinada área ou subárea da ciência.
- II – Nas chamadas ciências maduras, o paradigma compartilhado garante que se desenvolva a chamada “Ciência Normal”, na qual os pesquisadores se empenham, individual e coletivamente, para refutarem as teorias exemplares, de modo a provocar uma revolução científica.
- III – A comunidade científica define-se pelo consenso e compromisso dos seus membros com o paradigma. O dissenso e a crítica surgem em momentos extraordinários da história de uma determinada ciência.
- IV – A “Ciência Normal” ocupa-se da resolução de quebra-cabeças, e esses só se definem como legítimos se o paradigma os admite como tal.

Está (ão) correta (s)

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I, II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, III e IV, somente

16. Partindo da hipótese de um estado de natureza, Rousseau, no segundo *Discurso*, mostra de que modo os indivíduos vão se constituindo em entes sociais e a maneira como tal experiência representa perda de independência e introdução da desigualdade. Em o *Contrato Social*, o filósofo oferece uma solução de como a vida social pode representar uma experiência positiva, garantidora de igualdade política e liberdade. A base dessa vida sociopolítica estaria no estabelecimento de um “pacto social”. Trata-se, portanto, de “Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece, contudo, a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes” (ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Nova Cultural, 1991, p. 32). Como decorrência do contrato social, analise as afirmativas seguintes sobre o exercício do poder e da liberdade.

- I – O indivíduo, ao integrar o corpo político, no estado civil, adquire a chamada “liberdade moral”, que é inteiramente compatível com a autonomia do associado, comprometendo-o com a justiça e o bem comum.
- II – A liberdade natural e a convencional não podem ser exercidas ao mesmo tempo, pois a presença de uma implica a ausência da outra.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CENTRO DE PROCESSOS SELETIVOS



CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE PROFESSOR DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO DO ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO PARA O QUADRO PERMANENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
EDITAL Nº 443, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019.
TEMA: FILOSOFIA

- III – Só pode existir realmente bem comum se as ações do corpo político forem dirigidas pela vontade geral como exercício da soberania.
- IV – Uma condição de exercício adequado do governo é a divisão da soberania, como se observa na separação entre os poderes executivo, legislativo e de julgar.

Está (ão) correta (s)

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) IV, somente.

17. “Como o conceito de uma causalidade traz consigo o de *leis* segundo as quais, por meio de uma coisa a que chamamos causa, tem de ser posta outra coisa que se chama efeito, assim a liberdade, se bem que não seja uma propriedade da vontade segundo leis naturais, não é por isso desprovida de lei, mas tem antes de ser uma causalidade segundo leis imutáveis; pois de outro modo uma vontade livre seria um absurdo” (KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, p. 93-94).

Considerando o excerto acima, sobre a concepção de Kant acerca da liberdade da vontade, é correto afirmar que a

- (A) liberdade é a autonomia da vontade, pois, se a liberdade traz consigo o conceito de uma causalidade cuja lei não pode ser a da natureza, a liberdade da vontade expressa tão somente o princípio de que a vontade tome a si mesma como sua lei universal.
- (B) liberdade da vontade, expressando a autonomia prática do ser racional, significa que essa vontade não é determinada por nenhum tipo de causalidade, sendo, portanto, absolutamente livre.
- (C) liberdade, como forma de causalidade, revela que a autonomia da vontade é fruto de um determinismo causal, oriundo de estruturas diferentes da razão que a determinam em suas prescrições e mandamentos.
- (D) liberdade da vontade expressa a passagem da heteronomia à autonomia no campo prático, uma vez que nos permite compreender que, no registro da moralidade, a necessidade natural se torna a causalidade da vontade por si mesma.
- (E) liberdade da vontade nos permite compreender que, do ponto de vista ético, o imperativo hipotético e o imperativo categórico possuem o mesmo estatuto, posto que ambos são fruto da vontade que livremente os estabelece.



- 18.** “(...) o Para-si se apreende na angústia, ou seja, como um ser que não é o fundamento de seu ser, nem do ser do outro, nem dos Em-sis que formam o mundo, mas que é coagido a determinar o sentido do ser, nele e por toda parte fora dele. Aquele que realiza na angústia sua condição de *ser* arremessado em uma responsabilidade que reverte até sobre sua derrelição já não tem remorso, nem pesar, nem desculpa; já não é mais do que uma liberdade que se revela perfeitamente a si mesmo e cujo ser reside nesta própria revelação. Mas, como sublinhamos no início desta obra, na maior parte do tempo fugimos da angústia na má-fé” (SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada* – Ensaio de ontologia fenomenológica. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 681).

De acordo com o excerto acima, Sartre diz, sobre a relação entre liberdade e responsabilidade, que:

- (A) Ao reconhecer sua inescapável liberdade e, consequente, responsabilidade, o Para-si reconhece, igualmente, que, não podendo não escolher, também não tem porque ter escrúpulos, de modo que sua condição o torna moralmente inimputável.
- (B) Ao fugir da angústia, o Para-si se torna Em-si, de modo que, usando sua liberdade irrestrita para se recusar à responsabilidade que esta liberdade implica, o Para-si deixa sua condição de liberdade assumindo uma condição sem angústia.
- (C) Ao reconhecer a si mesmo como não sendo o fundamento de si mesmo nem dos Em-sis, o Para-si reconhece, igualmente, sua liberdade, contudo não pode reconhecer sua responsabilidade, porque não constitui a causa de si e do mundo.
- (D) Ao Para-si, a angústia corresponde à apreensão da facticidade de sua liberdade e da absoluta responsabilidade que essa facticidade implica. Ao escolher assumir essa responsabilidade, o Para-si reconhece a si mesmo como a liberdade que é.
- (E) Ao apreender, na angústia, a facticidade de sua liberdade e, por conseguinte, de sua responsabilidade, o Para-si, reconhecendo igualmente que não é o fundamento deste fato, desespera, porque compreende o caráter ilusório de sua condição livre e responsável.

- 19.** Segundo Kant: “Prático é aquilo que é possível através da liberdade. Mas se as condições para o exercício de nosso livre-arbítrio são empíricas, então neste caso a razão não pode ter um outro uso que o regulativo, servindo unicamente para efetivar a unidade de leis empíricas”. Nesse caso, nossas ações têm “fins que nos são impostos por nossas inclinações”, reunidos “num único fim, o da *felicidade*”. Quando as condições não são empíricas, o fim de nossas ações é dado a nós “a priori pela razão” e nos comandam “de maneira absoluta” enquanto “produto da razão pura. Tais são as leis *morais*” (KANT. I. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Abril Cultural, B 828).

Com base no exposto acima, analise as afirmativas seguintes.

- I – O modo como Kant define o que é prático nessa passagem, tendo em vista os fins que apontam para a busca da felicidade humana, diferentemente das críticas que o acusam de idealismo rigoroso, o aproxima da doutrina da felicidade em Aristóteles.
- II – Para Kant, só *a priori*, e tendo em vista a generalização de ações reais desejadas, podemos esperar condições de deliberação categórica para as nossas escolhas pessoais que se contraponham à felicidade meramente empírica.
- III – É por sua pragmática transcendental totalmente alheia ao arbítrio individual e pessoal que Kant procura elevar as máximas de nossas ações a princípios ou leis morais autênticas.
- IV – O uso regulativo da razão, por ser extensivo à humanidade como um todo, organiza os imperativos que servem de guia às decisões de cada indivíduo como sujeito independente em sua deliberação.
- V – A ideia de lei moral, em Kant, ao associar vontade livre e regra absoluta, retoma a tese aristotélica de que nossos atos devem ser escolhidos por eles mesmos e seus princípios têm de ser imutáveis.



Estão corretas

- (A) I e IV, somente.
- (B) I e V, somente.
- (C) II e IV, somente.
- (D) IV e V, somente.
- (E) III, IV e V, somente.

20. Em sua análise da filosofia prática, no Livro VI de *Ética a Nicômaco*, Aristóteles nos diz que, embora toda deliberação moral deva ter por base um princípio racional, isso não quer dizer que “a sabedoria prática se ocupa apenas com universais”. Segundo ele, esse tipo de sabedoria: “Deve também reconhecer os particulares, pois ela é prática, e a ação versa sobre os particulares” (ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Abril Cultural, 1141 b 15)

Com base no trecho acima, analise as afirmativas seguintes.

- I – Para os assuntos que dizem respeito à moral, a razão é uma capacidade de aprender fazendo, e reconhecemos objetivamente o caráter de uma pessoa pela qualidade de suas ações em situações determinadas.
- II – A síntese da ideia de sabedoria prática em Aristóteles é a consideração de que atos justos são aqueles praticados tais como fariam homens justos.
- III – Considerando pelo lado da universalidade, Aristóteles concordaria com Kant no que se refere ao imperativo categórico; por outro lado, sua perspectiva empirista valoriza a experiência humana particular e identifica nela a base de inferência para o princípio racional.
- IV – A combinação entre o universal e o caso particular em que ocorrem as escolhas humanas permite a Aristóteles dizer que “a sabedoria filosófica é um conhecimento científico combinado com a razão intuitiva”, já que leva em consideração as situações em que o homem delibera.
- V – A dupla caracterização da sabedoria prática, tomando em consideração, por um lado, o universal, e, por outro, a ação real, é o que unifica, em Aristóteles, a generalidade ética e a pragmática característica da política.

Estão corretas

- (A) I e III, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) III e IV, somente.
- (E) IV e V, somente.